

# 20

## CAPÍTULO

### **ESTUDOS LEXICAIS EM FONTES ORAIS E MANUSCRITAS**

Bernardo, Jozimar Luciovanio <sup>1\*</sup>; Pires, Maria Gabriela Gomes <sup>2</sup>; Paula, Maria Helena de <sup>3</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Goiás / Mestrando em Estudos da Linguagem – Regional Catalão

<sup>2</sup> Universidade Federal de Goiás / Mestranda em Estudos da Linguagem – Regional Catalão

<sup>3</sup> Universidade Federal de Goiás / Professora do Mestrado em Estudos da Linguagem – Regional Catalão

\* email: jozimarbernardo@yahoo.com.br

## **RESUMO**

Este trabalho apresenta algumas discussões teóricas acerca das contribuições de fontes manuscritas e orais para os estudos linguísticos que primam pelo viés lexical. Tais fontes possuem suas particularidades materiais e são, em determinadas etapas, formadas e tratadas de modo variado. Apesar das dissonâncias, ambas fornecem um arcabouço léxico que reflete o repositório mais dinâmico das configurações culturais de uma comunidade linguística. Posto isto, este artigo intenta apresentar premissas que justifiquem a importância da análise dessas fontes para os estudos da linguagem. Abordamos, também, no decorrer do texto, as metodologias

específicas para o acesso, composição do *corpus* e edição de cada material. As fontes manuscritas exigem a autorização do responsável do arquivo, o recorte sincrônico e a edição do material para torná-lo inteligível aos leitores contemporâneos. O trabalho com fontes orais demanda a formalização ética para a posterior formação do acervo das entrevistas e a elaboração de chaves para transcrição do material gravado. Ambos os métodos viabilizam o manuseio e a observação de dados para os estudos lexicais, bem como em outros níveis de análise linguística.

**Palavras-chave:** Léxico; manuscrito; fonte oral.

Revisado pela orientadora Maria Helena de Paula, contato: mhpcat@gmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

Todo o acervo cultural que abrange do aspecto social a sentidos, ações, crenças, hábitos, objetos etc. de uma determinada sociedade é representado simbolicamente no (e pelo) léxico da sua língua. Dessa forma, um indivíduo, quando se comunica verbalmente e/ou caligraficamente, expressa as suas dinâmicas sócio-histórico-culturais no uso do sistema de categorias lexicais componentes de todo o universo conceptual de uma língua natural.

Nessa perspectiva, o presente artigo tem como desiderato apresentar algumas possibilidades de investigação das fontes manuscritas e orais pelo viés lexical, de modo a dar relevo à língua em indúbia relação com a cultura. Ambos os registros, oral e escrito, são significativamente representativos do uso corrente de uma língua e, por conseguinte, do universo abrangido em todos os âmbitos concretos e abstratos.

O sistema lexical, ou seja, o conjunto vocabular utilizado pelos falantes de uma língua, deposita e acumula todas as representações humanas em convívio social. Nesse prisma, acreditamos que nos traços caligráficos dos documentos manuscritos encontram-se saberes relacionados a práticas e objetos pretéritos, que remontam à sua história. Outrossim, nas narrativas orais jazem memórias de outrora, mantidas, ou não, no decorrer do tempo.

Embasados nessa perspectiva, demonstramos alguns dos variados métodos do trabalho de composição e edição de ambas as fontes. Assim, enseja-se ratificar a importância desses abundantes materiais para os estudos da linguagem. A princípio, fez-se necessário apresentar uma seção sobre as bases teóricas da língua, partindo de alguns princípios de Saussure (1995) para, em posterior, elaborarmos uma seção fundamentada em teóricos de teor lexicológico e, finalmente, abordar os procedimentos de organização e transcrição das fontes orais e escritas.

Ressalvamos que estas últimas sessões apresentam os principais métodos utilizados por pesquisadores do sudeste goiano, especificadamente os do Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Português (GEPHPOR), do Departamento de Letras da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão.

## 2. TEXTOS ORAIS E TEXTOS ESCRITOS: BASES TEÓRICAS

Tendo em vista que a proposta deste artigo se baseia no estudo da língua em duas vias, oral e escrita, é conveniente trazer à baila algumas explicações teóricas que cercam tais conceitos. Partimos, a princípio, da teoria linguística estrutural

de Saussure (1995), que define o signo linguístico como a união interdependente de duas facetas, o significante (imagem acústica) e o significado (conceito). Destarte, corroboramos que a língua pode ser concebida como um sistema de signos linguísticos (léxico) e suas possibilidades combinatórias (gramática) disponíveis aos falantes de uma sociedade e existente, em completude, na memória coletiva (COELHO, 2006).

Nessa linha de pensamento, há de se destacar com maior rigor a dicotomia saussuriana, *langue/parole*. A língua (*langue*) corresponde ao sistema de signos supracitado, ela é o produto social da linguagem e, ao mesmo tempo, um acervo de signos configurados convencionalmente (SAUSSURE, 1995) a partir das necessidades dos indivíduos no processo de cognição do universo e para a comunicação desses indivíduos, ou seja, para o exercício da faculdade da linguagem, através da qual o homem representa o mundo e é representado.

A fala (*parole*) é a atividade do falante, isto é, a concretização da língua pelo indivíduo, num ato único, a partir da organização dos signos linguísticos disponíveis (COELHO, 2006). Em ampla perspectiva, a fala é o componente individual da linguagem. Portanto a fala é concreta, é realização e atualização da língua para efeito da comunicação.

Em suma, ao entendermos que os signos linguísticos e as suas possibilidades combinatórias estão armazenados na memória coletiva num plano abstrato, dos falantes de uma língua, e que a realização desse sistema se dá concreta e individualmente por meio da fala, inferimos que a língua está completa na massa, na coletividade, e não no indivíduo.

Nesse íterim, salientamos que a apresentação compartida da dicotomia língua/fala, conquanto possam ser distinguidas por oposição, trata simultaneamente de aspectos imbricados. Consideramos como Coelho (1977, 47-48) que:

Tais aspectos se acham relacionados por uma interdependência necessária. Assim é que não existe língua sem fala, nem esta sem aquela. Para que o indivíduo possa falar, necessariamente deverá ter interiorizado (aprendido) uma língua determinada, e, para interiorizá-la (aprendê-la), necessariamente só o fará através das atividades da fala [...]

Com base nos escritos de Coelho (2006; 1977), inserimos nesse conjunto teórico a noção de *norma*, apresentada por Coseriu (1979 apud Coelho, 2006). Ao discorrer acerca desse assunto, esse autor acrescenta a coercitividade própria da normatização social. Trata-se da força que a sociedade exerce sobre

o indivíduo para que o código linguístico permaneça imutável. Entretanto, Coelho (1977, p. 49) ressalta que o falante não permanece passivo diante disso, pois, “[...] por mais coerciva que seja a sociedade, impondo um comportamento padrão aos seus membros, o indivíduo é sujeito dentro dela, isto é, é nela atuante.”

Devem-se levar em conta, então, a criatividade do falante, a aceitação no grupo linguístico em que se insere e a identificação com os comportamentos (linguísticos) desse grupo, ou seja, com o modo, ou modos possíveis e válidos, de falarem a mesma língua (COELHO, 2006; 1977). Portanto, por norma entende-se o comportamento linguístico consensualmente aceito numa comunidade, demarcado por fatores sociais, históricos, geográficos e culturais. Daí decorrem as variedades sociais (diastráticas) e geográficas (diatópicas) de uma língua.

Coelho (2006, p. 89), compreende que uma língua, além da totalidade do que é armazenado na memória coletiva (memória psíquica), também se constitui “[...] do que se encontra, por outros meios, à disposição deles [dos falantes], memória gráfica e acústica.” A partir dessa compreensão, o autor apresenta que, afora a dicotomia saussuriana, *língua e fala*, e a *norma*, proposta por Coseriu, convém considerar a *competência linguística*, conceito “[...] aproveitado de Chomsky (1975), mas não totalmente coincidente com o elaborado pelo lingüista norte americano” (COELHO, 2006, p. 90).

De modo genérico, a competência linguística é soma do que cada pessoa sabe e utiliza de maneira intuitiva, uma vez que consideramos que um falante sozinho não registra a língua em totalidade, e sim parte do que aprende, retém, domina e utiliza do sistema linguístico (léxico e gramática) à sua disposição (COELHO, 2006).

Por conseguinte, o autor demonstra que a competência linguística pode ser oral e/ou escrita. Sendo a primeira anterior à segunda, posto que um indivíduo desenvolve a sua competência oral na convivência com os outros falantes da mesma língua e, num momento posterior, sobretudo no âmbito escolar, forma a sua competência escrita (COELHO, 2006). Ademais, vale dizer que a fala se mostra anterior à escrita, também, em uma perspectiva histórica, pois, como observa Lyons (1982, p. 25, grifo do autor), ao abordar *língua e fala*, “a **prioridade histórica** da fala sobre a escrita admite pouca margem de dúvida. Não se sabe de nenhuma sociedade humana que exista, ou que tenha existido, em qualquer época, privada da capacidade da fala.”

Nesse sentido, é oportuno tecer algumas considerações acerca da fala e da escrita, ou seja, do texto oral e do texto escrito, respectivamente. Importa compreender, de antemão, que ambas constituem duas modalidades de um mesmo sistema linguístico verbal, e não duas línguas separadas. Paula (2010,

p. 30), ao apresentar questões referentes às fontes para pesquisas linguísticas do português do Brasil, diz que as fontes para tais estudos “[...] estão na linguagem verbal, na modalidade escrita ou na oral, e que não há duas línguas, uma para cada modalidade: oral e escrito são os modos como se manifesta uma determinada língua.”

Para Lyons (1982, p. 24, grifo do autor), esta é uma propriedade importantíssima, ou seja, o fato da língua ser “[...] independente do meio em que os sinais lingüísticos se realizam, diremos que a língua tem a propriedade de passar por uma **transferência de meio**.” Com base nisso, o autor, referindo-se aos estudiosos que tomam a língua oral como mais básica que a escrita, questiona a ideia de supremacia da variedade padrão da língua. Como indício desse equívoco, Lyons (1982) fala da dificuldade que os linguistas encontram para convencer os leigos de que uma variedade não-padrão, assim como a variedade padrão (mais próxima da escrita), tem regularidade e sistematicidade, isto é, possui um conjunto de regras de correção imanentes no uso de seus falantes nativos.

Outro aspecto importante e evidente no ato comunicativo, visto que falamos de transferência de meio, é a admissível distinção entre *canal* e *meio/medium*. A princípio, Coelho (1977, p. 29) compreende por canal “[...] certos aparelhos ou dispositivos que permitem ao remetente construir suas mensagens e ao destinatários recebê-las [...]”. Por exemplo, o aparelho fonador, do qual se vale o remetente para produção da mensagem, e o aparelho auditivo, usado para captação da mensagem pelo destinatário. Em suma, o canal é responsável pelo contato entre os sujeitos da comunicação. Mais adiante, Coelho (1977) ressalva que canal também pode ser compreendido pela *substância* que possibilita a concretização da mensagem e permite o contato material entre remetente e destinatário. A substância é determinada essencialmente pelo canal que se utiliza, isto é, são aspectos intrínsecos.

Assim, Coelho (1977) acrescenta que a substância é chamada de *medium*, ou meio, porquanto medeia os sujeitos da comunicação, concretizando a mensagem e permitindo o contato entre o remetente e o destinatário. Enfim, podemos construir mensagens valendo-nos da substância sonora, como também da substância escrita, afirma o autor. Na intenção de ratificar essa ideia, mencionamos Lyons (1982), segundo o qual:

As noções de meio e canal são, evidentemente, intrinsecamente ligadas, na medida em que as propriedades do meio derivam das propriedades do canal normal de transmissão. Contudo, é importante distinguir as duas noções no que diz respeito à língua.

Tanto a língua escrita como a falada podem ser transmitidas por uma série de canais. Ao usarmos o termo ‘meio’, ao invés de ‘canal’, não estamos atentando para a transmissão de sinais propriamente dita, em determinadas ocasiões, mas para as diferenças funcionais e estruturais sistemáticas entre o que é caracteristicamente escrito e o que é caracteristicamente falado. (LYONS, 1982, p. 30, grifos do autor).

Vale abrir parêntese para justificar que, nessas linhas, estamos tratando especificamente da linguagem verbal, ou seja, da comunicação por intermédio de um sistema de signos linguísticos, haja vista que, no plano da linguagem não-verbal, outros meios, como gestos e imagens, também podem participar do ato comunicativo pela língua e/ou permiti-lo sem o intermédio desta.

Em síntese, compreender este sistema complexo que é a língua, a fim de apresentar uma delimitação (ou uma associação) mais precisa entre língua escrita e língua oral, foi o propósito dessa seção. Nesse sentido, partimos da noção dicotômica *langue/parole*, inserimos o conceito de *norma*, falamos brevemente da *competência linguística* desmembrando-a em *competência escrita* e *competência oral* e completamos com os conceitos intrínsecos de *canal* e *meio*, dos quais depreendemos que a mensagem verbal, construída pelo indivíduo, com base no seu repertório linguístico, em qualquer variedade linguística, pode se concretizar tanto na substância oral como na substância escrita, dependendo fundamentalmente do canal pelo qual é construída.

Assim, retomamos Paula (2010) e reafirmamos que as fontes escritas ou orais, disponíveis aos estudos da linguagem, são duas modalidades de uma mesma língua, por conseguinte, duas formas de realização de um mesmo sistema linguístico.

### 3. ESTUDOS LEXICAIS

Ancorados na perspectiva lexical que o trabalho propõe discutir, nos é necessária a compreensão de algumas discussões e posturas teóricas, da área dos estudos lexicais, que expliquem a relação entre a cultura e a sociedade por intermédio da língua.

A estudiosa Biderman (2001), no clássico estudo sobre “As ciências do léxico”, entende o léxico como um dos três grandes sistemas da língua, aquele que mais nos oportuniza identificar e transformar, mediante atos de categorização e nomeação, as mudanças e as novas (re)criações socioculturais de uma sociedade.

Segundo Vilela (1979), o léxico é o conjunto das unidades léxicas, ou seja, as unidades que correspondem às representações da realidade extralinguística elaboradas pelos processos de nomeação e categorização, ou seja, os aspectos simbólicos do acervo cultural de uma determinada sociedade.

Sendo assim, o léxico é o sistema responsável por nomear e representar tudo o que a sociedade (re)produz, expressando todo esse acervo por meio dos signos linguísticos, que constituem e existem de forma mnemônica ao conjunto de possibilidades de usos na substância oral e escrita de uma sociedade.

Nas proposições de Sapir (1969), as reflexões dos humanos são organizadas pela língua responsável por moldar a maneira de idealizar o mundo objetivo. Assim sendo, cada comunidade de falantes delinea seu vocabulário de acordo com suas necessidades. Vilela (1994) diz que tais conjuntos de palavras são considerados como rótulos que caracterizam a interação cognitiva de dada comunidade.

O léxico está presente em todas as manifestações ideológicas, espirituais, históricas, produções materiais, nas produções tecnológicas, enfim, em tudo que compõe o universo cultural e social das sociedades antigas e modernas. Destarte, “[...] o léxico está prenhe de informações históricas das civilizações, presentes em textos orais e/ou escritos, haja vista que é ele o responsável pela representação do real na língua, intermediando, assim, a relação do homem com o seu meio” (XAVIER, 2012, p. 470).

Ratifica-se, então, que a cultura se manifesta na língua e, especialmente, no léxico, evidenciando a experiência humana acumulada e, particularmente, os traços das práticas culturais e sociais dos inúmeros grupos sociais do passado e do presente.

A realização lexical, manifestada discursivamente ou caligraficamente, revela valores ideológicos e visões de mundo dos sujeitos que os enunciam ou os manuscreevem, isto porque, o léxico “[...] é o repositório do saber linguístico e é ainda a janela através da qual um povo vê o mundo.” (VILELA, 1994, p. 6), o sistema responsável por moldar e manifestar a realidade extralinguística de um determinado grupo de falantes.

#### **4. PESQUISAS COM FONTES ORAIS: DELINEAMENTOS METODOLÓGICOS**

Com foco nos estudos de fontes orais, especialmente o estudo lexical, nessa seção, tracejamos alguns procedimentos metodológicos para a delimitação, a composição e a edição de textos orais. Dito de outra forma, trabalhar com



esta modalidade da língua pode requerer um percurso que perpassasse pela verificação da pertinência do material a ser coletado, pela formalização do estudo, garantindo-lhe integridade ética (no caso de pesquisas que ainda não disponham de material já constituído), até a composição dos dados, a qual tem na transcrição da língua oral a chave para observação mais aguda e manejo do texto.

O pesquisador que se propõe a estudar fontes orais deve ater-se a alguns fatores que irão garantir a exequibilidade da pesquisa e, logo, a composição de um *corpus* pertinente ao aspecto linguístico que se objetiva descrever e analisar. Dito assim, corroboramos com Paula (2010, p. 29) que “[...] os estudos linguísticos reclamam para si a necessidade de preocupação com o material da pesquisa, que há de trazer o fato efetivamente registrado, não necessariamente o que o pesquisador deseja ou espera encontrar.”

Nesse sentido, faz-se necessária uma pré-análise acurada do *locus*, ou dos *loci*, a partir do qual o estudioso da língua pretende compor seu material de pesquisa, de forma a verificar se os traços culturais dos falantes e seus registros orais estão de acordo com as situações de uso da língua que ele tem por propósito investigar. O caminho inverso, ou seja, planejar a pesquisa com base no material linguístico-cultural que um indivíduo, ou um grupo de indivíduos, apresenta, pode salvaguardar o pesquisador do risco de não-coincidência do material esperado. Assim posto, desenvolvemos adiante alguns procedimentos básicos para pesquisas de fontes orais que se utilizam de entrevistas como recurso de registro do material de análise.

#### 4.1 DELIMITAÇÃO DO CORPUS E FORMALIZAÇÃO DA PESQUISA

Como já esboçamos anteriormente, é prudente que o pesquisador faça a si mesmo alguns questionamentos, com base nas pretensões da sua pesquisa, de maneira que possua uma ideia clara acerca do seu material de estudo. Serão textos que falam sobre o quê? Trata-se de um gênero específico? Qual(is) aspecto(s) da língua oral se pretende analisar? Qual tema, ou temas, são foco do estudo? Em quais situações estes textos são comuns? Estas são algumas perguntas básicas.

Inferimos, então, que importa ao pesquisador: a) delimitar uma área de pesquisa – por exemplo, se pretendemos fazer um estudo lexical sobre o dialeto caipira, obviamente devemos proceder a pesquisa em uma área onde esse dialeto se manifeste; b) definir o perfil dos sujeitos da pesquisa – retomando o exemplo anterior, cabe analisar qual perfil de falante revelará em suas produções orais um léxico que reflita o dialeto caipira, em que sejam recorrentes expressões

e palavras desse dialeto e c) estabelecer contato prévio com área de pesquisa delimitada, para verificar se o material a ser coletado será pertinente ao estudo pretendido – trata-se de um momento para conhecer os pretensos entrevistados, ou as pessoas que facilitem o acesso a estes, e pensar na melhor maneira de abordá-los.

A etapa de formalização do estudo no âmbito do comitê de ética em pesquisa consiste em obter autorização para o registro (gravações de áudio, fotografias etc.) das entrevistas, observando a preservação da identidade dos sujeitos e dos seus dados pessoais, bem como os seus direitos e o esclarecimento de todas as etapas da pesquisa. Conforme elucida Paula (2010, p. 32), “os comitês de ética entendem que se os textos orais dizem respeito à vida ou às experiências dos falantes podem significar risco à sua vida. Por isso, carecem de autorização daqueles cujas falas serão gravadas ou de seus responsáveis.”

Nesse ínterim, estamos falando das circunstâncias em que o pesquisador envolver sujeitos no estudo. No caso de pesquisas que se valem de fontes públicas, isto é, disponibilizadas publicamente, tais como programas de televisão e rádio, Paula (2010) ressalta que, o acesso, na maior parte das vezes, não carece de autorização. A essência desta consideração se aplica tanto às fontes orais, como às escritas.

## 4.2 COMPOSIÇÃO DO CORPUS

Concluídas as etapas supracitadas, para o caso das pesquisas que se servem destes procedimentos, é chegada a hora de iniciar as entrevistas. Nesse momento, previamente, convém observar alguns cuidados básicos, a saber: a) o domínio do equipamento de gravação por parte do entrevistador, a fim de evitar que problemas técnicos impeçam a realização da entrevista e b) uso de um gravador de boa qualidade, que torne a gravação mais nítida e focada na voz do entrevistado, de modo a facilitar o processo de transcrição.

Ao proceder a entrevista, se o pesquisador pretende registrar uma fala espontânea e menos cuidada, é necessário estabelecer um diálogo descontraído e manter o entrevistado o mais confortável possível, de maneira que o entrevistador interfira minimamente na conversa, cabendo-o orientá-la “puxando” os assuntos que lhe interessa tratar. Nas ocasiões de entrevista, sugere-se, também, que se façam anotações com observações, como as reações adversas, gestos, expressões faciais, enfim, de elementos não-verbais que não são registrados nas gravações, mas que podem, de certa forma, contribuir para a análise e interpretação dos dados.

Concluída a entrevista, o pesquisador precisa resguardar o material gravado, armazenando cópias de segurança em locais restritos e protegidos do acesso de terceiros, uma vez que ali constam informações pessoais a serem mantidas em sigilo.

#### 4.3 TRANSCRIÇÃO: EDITANDO DITOS

A esta subseção conferimos maior atenção, posto que tratamos de uma etapa fulcral do estudo de fontes orais. Anteriormente, quando falamos de língua oral e de língua escrita, abordamos, com base em Lyons (1982), que a língua tem a propriedade de transferência de meio. Dito de outra forma, a língua tem condições de passar da modalidade oral para a modalidade escrita e vice-versa. Todavia, compete-nos tecer algumas considerações referentes a isso. Primeiramente, esta transferência não se faz de modo simples e automático.

A título de exemplo, podemos ler em voz alta ou decorar e fazer a leitura de um trecho de um livro e conceber, equivocadamente, que esta produção oralizada configura um texto oral. Impera ressaltar que esta produção caracteriza uma escrita oralizada, e não um texto oral propriamente dito, transposto da modalidade oral para a escrita. De forma invertida, se tomarmos um trecho de uma conversa espontaneamente construída e o transferirmos para a escrita, reorganizando-o e restituindo-o conforme as regras gramaticais que a variedade padrão da língua prescreve, de modo algum obtemos um texto caracteristicamente oral, o que procedemos, nesse intento, foi uma transformação corretiva da modalidade oral para a escrita.

Dessa forma, recuperando Lyons (1982, p. 30), ratificamos que há “[...] diferenças funcionais e estruturais sistemáticas entre o que é caracteristicamente escrito e o que é caracteristicamente falado.” De maneira a complementar esta conjectura, Paula (2010) acresce mais aspectos a serem considerados no processo de edição de fontes escritas e orais. Para a autora,

[...] não apagar a sócio-história manifestada na fonte é mais uma questão a ser considerada na pesquisa, pois não se pode ler e editar, em um manuscrito, por exemplo, um diacrítico, um grafema, uma palavra ou uma expressão, equivocadamente, ou ainda ouvir e editar um texto oral como não fora dito, preenchendo hesitações e pausas [...] (PAULA, 2010, p. 31).

A língua, em sua modalidade oral, apresenta traços que lhe são característicos e que precisam ser observados na transcrição para a modalidade

escrita. Pela perspectiva situacional, depreendemos que a língua oral produz-se num ato espontâneo e menos policiado e, nesse processo, os enunciados se constroem simultâneos à interação dos interlocutores. Diferencia-se, portanto, do processo de escrita, em que o escritor, temporal e espacialmente distanciado do leitor, tem condições de planejar, revisar e corrigir o texto (CASAGRANDE, 2010). Além disso, há que se considerarem, nas construções linguísticas orais, os chamados elementos paralinguísticos. Conforme Trask (2006, p. 223), em seu dicionário de linguagem e linguística, paralinguísticos são “os aspectos não-linguísticos do falar [...] [que] veiculam informações sobre nosso estado de espírito e nossa disposição de momento: se estamos irritados, alegres, nervosos, excitados, impacientes, cansados e assim por diante.”

Estes elementos (gestos, meneios faciais, hesitações, traços prosódicos etc.) funcionam como mecanismos não-verbais característicos da língua oral. Evidenciamos, assim, que o texto oral não se constitui somente por signos linguísticos organizados sistematicamente a partir de um conjunto de possibilidades combinatórias, porquanto lança mão desses recursos paralinguísticos. Dessa maneira, compreendemos que a realização fônica, embora seja imprescindível para tal, não configura sozinha o texto oral (MARCUSCHI, 2002). Não aprofundaremos em discussões sobre o maior ou menor grau de formalidade de alguns gêneros da língua escrita e da língua oral, uma vez que esses aspectos não são, nessa ocasião, essenciais ao nosso propósito.

Até então, inferimos que a língua escrita não é a simples transcrição da língua oral, posto que esta se vale de outros mecanismos, afóra os linguísticos, para a eficácia do ato comunicativo. Podemos, a partir dessa conjectura, concluir que ambas têm seus modos característicos de promover a comunicação. Por exemplo, enquanto a oral se utiliza de hesitações, pausas e outros recursos prosódicos, a escrita se vale de outros mecanismos tradicionais, como os sinais de pontuação e diacríticos, para atingir os mesmos efeitos de marcação prosódica, embora tais recursos não sejam totalmente correspondentes.

Dessas considerações, decorrem os empecilhos (ou estratégias de solução) com os quais o estudioso das fontes orais pode se deparar no momento de transcrever seu material oral, pois, conforme Paula (2010, p. 36) esta é uma etapa “[...] que se caracteriza de modo tão diverso quanto são diversos os enfoques e interesses da pesquisa.” Nesse sentido, compartilhamos da observação de Ramilo e Freitas (2001, p. 1), ao destacarem que “[...] neste tipo de trabalho aparentemente mecânico, quanto maior for o número de lições resolvidas, maior será o sucesso (ou a ilusão de sucesso) do transcritor.”

De modo coerente, somos cientes de que, conquanto vários estudos de fontes orais já tenham sido desenvolvidos, não há ainda um conjunto de procedimentos de composição de *corpus* que seja geral (PAULA, 2010). Ramilo e Freitas (2001) falam de alguns problemas relacionados à prática da transcrição e de métodos diversos para ultrapassá-los. Nesse feito, os autores ilustram uma extensa variedade de procedimentos usados na Europa e no Brasil por diferentes sistemas de transcrição, entre eles o Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta (NURC), expondo as vantagens e desvantagens decorrentes de cada um.

Na trama dessa discussão, Paula (2010, p. 36) reforça que “provavelmente foneticistas e fonólogos consigam normatizar uma chave de transcrição que atenda às suas demandas, mas que podem não ser relevantes para os estudos do léxico, da sintaxe, da morfologia, do discurso.” Entende-se, então, que os procedimentos de transcrição empregados na pesquisa A podem não ser úteis à pesquisa B, a qual carecerá de procedimentos específicos que também podem não ser pertinentes à pesquisa A e assim por diante. Dito assim, a composição de uma chave de transcrição, com normas bem definidas, tem por essência a sua pertinência às pretensões da pesquisa, ou seja, os seus interesses, os aspectos linguísticos e não linguísticos que a análise proposta requer que estejam explícitos na transcrição. Em síntese, no intento de aproximação da fala, o guia de todo o processo de transposição do meio oral para o escrito é o conjunto de normas elaborado pelo pesquisador com base no enfoque do seu estudo.

Por fim, é proveitoso que o pesquisador faça as suas transcrições, pois ele é quem tem condições de saber de informações (informações acessórias e/ou entornos linguísticos) que não foram registradas pelo gravador de áudio e que podem enriquecer a transcrição. Ademais, o fato do próprio entrevistador proceder a transcrição já lhe conduz a uma pré-análise do material, isto é, a uma primeira reflexão acerca do seu *corpus* de análise.

Com o material transcrito, no caso de um estudo que se valha do nível lexical, já há condições de se fazer o levantamento e a inventariação das unidades lexicais do *corpus* (os dados) que servirão de apoio para a análise proposta pelo estudioso no seu projeto de pesquisa.

## 5. PESQUISAS COM FONTES MANUSCRITAS

Como assevera Cardoso (2010), quando pretendemos realizar um estudo histórico ou até mesmo linguístico de uma determinada localidade sem arquivos audiovisuais ou falares conservadas em indivíduos presentes em nossa época

temos que recorrer aos materiais documentais. Deve-se procurar em textos escritos arquivados em acervos oficiais, como Fóruns, Cartórios, Paróquias etc. vestígios que sustentem a pesquisa almejada.

Os textos manuscritos são um dos materiais de estudo linguísticos mais ricos em conhecimento, pois, carregam consigo ao longo dos anos, memórias antepassadas arquivadas em escrita à mão. Esse tipo de *corpus* é o principal objeto dos estudos filológicos, ciência que tem uma das poucas maneiras eficazes de fazer conhecer, valorizar e divulgar a nossa história tendo a língua arquivada manualmente como suporte de trabalho.

A filologia é uma ciência histórica que tem o ensejo de recuperar e fazer conhecer as memórias de comunidades que viveram no passado tendo como apoio de investigação seus registros manuscritos.

Tais conhecimentos condicionados nesse tipo de registro nos permitem compreender e explicar as sociedades que nos antecederam por intermédio da língua arquivada manualmente, isso porque, a língua transcrita nesses materiais carrega valores culturais que foram vigentes na época em uso. Sendo assim, através desses registros linguísticos é possível conhecermos a história de uma determinada língua em suas mais variadas interfaces. Sendo assim, através desses registros linguísticos é possível conhecermos a história de uma determinada língua em suas mais variadas interfaces. Le Goff (1992, p. 477) corrobora ainda mais essa asserção quando explica que o texto é uma memória “onde cresce a história” deixada por uma sociedade para ser analisada e conhecida no presente e no futuro.

Sabendo do propósito filológico em guardar, preservar e difundir o conteúdo dos documentos, Spina (1977) descreve três funções essenciais para a execução do labor filológico, que requer um esforço minucioso e de longo tempo que permitirá uma edição como mais fidelidade.

A primeira função nomeada “função substantiva” exige que o filólogo se detenha em um estudo que procure editar com fidedignidade o ensejo de restituí-lo à sua forma genuína o preparando tecnicamente para publicação. A “função adjetiva” compete o trabalho de identificação paleográfica e, principalmente, codicológica, em que o editor se preocupará em identificar questões autorais, biográficas, datações exatas, avaliações estéticas, entre outros aspectos. A terceira, a “função transcendente”, é quando o editor, por intermédio da edição e/ou manuscrito, realiza um estudo que procura “reconstituir a vida espiritual de um povo ou de uma comunidade em determinada época [...]” (SPINA, 1977, p. 77).

Essa última função pode ser realizada por intermédio de outras ciências, entre elas evidenciamos a linguística pelo viés lexical que permite conhecermos

as perspectivas culturais e ideológicas que se manifestam por intermédio da materialidade linguística manuscrita no documento.

Faz-se mister relatar que o filólogo necessita obter conhecimento em outras áreas, como a literatura, a mitologia, a gramática, a história, a geografia etc., para que o texto seja editado fielmente, tornando o trabalho filológico ainda mais exaustivo e meticuloso, de acordo com Spina,

A explicação do texto, tornando-o inteligível em toda a sua extensão e em todos os seus pormenores, apela evidentemente para disciplinas auxiliares (a literatura, a métrica, a mitologia, a história, a gramática, a geografia, a arqueologia, etc.), a fim de elucidar todos os pontos obscuros do próprio texto (SPINA, 1977, p. 75).

As afirmações acima corroboram a importância de estudos dessa natureza, pois nos fazem conhecer os patrimônios linguísticos locais que remetem à memória e à história da identidade um povo.

## 5.1 COMPOSIÇÃO DO *CORPUS*

Paula (2010) informa que o primeiro passo para se compor um *corpus* manuscrito é reconhecer e identificar sua localidade em acervo para posteriormente, acessá-los. Em instituições públicas e privadas, é bastante comum encontrarmos documentos manuscritos, isso porque, até pouco menos de cem anos, quem detinha a habilidade de escrita eram as pessoas que delas faziam uso frequente em cartórios, em fóruns e paróquias responsáveis pelos trâmites jurídicos da sociedade.

Esses documentos por apresentarem um valor jurídico, possuem em sua gênese um caráter padrão de linguagem e de formatação, que asseguram as informações contidas no material. De acordo com Fachin (2010) os documentos servem como fontes valedouras para estudos filológicos, históricos e linguísticos, pois são manifestações do uso corrente que se faziam da língua escrita e conseqüentemente dos aspectos socioculturais da época que o documento foi exarado.

Se tratando de documentos legais o seu acesso é obtido por uma autorização fornecida pelos responsáveis do arquivo. De acordo com Paula (2010), textos de jornais ou revistas necessitam de licença dos gerenciadores que autorize o acesso, uso e divulgação dos resultados da pesquisa, evitando futuros constrangimentos a respeito de direitos autorais. *Corpora* compostos por documentos judiciais arquivados nos acervos de cartórios e fóruns reclamam autorização do juiz



responsável pela instituição para os futuros acessos, consultas e usos. Paula (2010, p. 31) revela que “para usar acervos públicos, os pesquisadores precisam obedecer às normas próprias deles; não observar esses requisitos pode atrasar e até impedir o bom desempenho ou a execução de um projeto de pesquisa”.

## 5.2 TRANSCRIÇÃO DOS ESCRITOS

Com o intuito de evitar que esses conhecimentos exarados manualmente se percam como memórias que não se deram a conhecer, estudiosos da ciência filológica elaboraram normas de transcrição que assegurem a leitura e o trabalho de pessoas leigas com os traços antigos.

Vários tipos de edições com características próprias e muito distintas existem à disposição do filólogo para serem aplicadas aos seus testemunhos de trabalho. Contudo, antes de se empregar um desses tipos, é necessário que o editor escolha a edição que melhor será proveitosa para a pesquisa que se intenta executar e, principalmente, melhor ao público a quem será destinada a edição. Consoante Cambraia (2005),

A importância de se pensar no público-alvo está no fato de que dificilmente uma mesma edição é adequada para todo tipo de público, pois diferentes são seus interesses. Assim, uma edição que produza particularidades gráficas de um texto quinhentista pode interessar a um linguista, mas não seria adequada a um público juvenil interessado especialmente no conteúdo do texto, ou seja, na história ali contada (CAMBRAIA, 2005, p. 90).

De acordo com Cambraia (2005), os tipos de edições baseados nas formas de estabelecimentos dos textos são divididos em duas grandes classes. As edições *monotestemunhais*, que se utilizam de apenas um testemunho do texto, abarcam quatro tipos, sendo: a *fac-similar*, a diplomática, a paleográfica e a interpretativa. A segunda grande classe, as edições *politestemunhais*, que confrontam mais de um testemunho, abarca as seguintes edições: a crítica e a genética.

A primeira classe abarca reproduções destinadas a pesquisas de teor histórico, linguístico e outros que se utilizam da interdisciplinaridade que esses textos oferecem. A segunda classe é destinada a estudiosos da crítica textual que trabalham com edições comparativas de mais de um testemunho no objetivo de restituir o texto à sua genuinidade, facilitar a leitura, tornando-o inteligível, além de valorizar e propiciar estudos para a crítica literária que procuram identificar



o testemunho original através das comparações entre os manuscritos (SPINA, 1977). Sabendo disso, essa seção descreve apenas as edições monotestemunhais, visto que o propósito desse texto é demonstrar as edições possíveis de análise lexical.

A primeira edição feita por todos os filólogos, quando iniciam seu trabalho de transcrição após a seleção dos testemunhos, é a edição *fac-similar*, também chamada de reprodução mecânica (SPINA, 1977). Essa edição é feita utilizando procedimentos mecânicos, ou seja, câmeras fotográficas, copiadoras ou *scanners* que reproduzam digital fielmente o original, permitindo ao editor manusear as imagens com total liberdade, preservando o estado de conservação do original que poderia ser danificado durante o estudo, em decorrência das consultas diárias ao *corpus*. Essa edição exige um trabalho esmero do editor, pois, durante a digitalização, devem ser utilizadas obrigatoriamente luvas e máscaras, que visam manter o estado do manuscrito e a saúde do editor, além de cuidados com o equipamento utilizado, por exemplo, o uso de *flash*, que pode danificar o documento secular.

De mão dos fac-símiles, o editor deve escolher a transcrição que melhor atingirá os intuítos da pesquisa, entre essas edições está a diplomática, que tem como fim fazer uma reprodução rigorosamente conservadora de todos os elementos presentes no original, como os sinais abreviativos, os sinais de pontuação, translineação, separação vocabular etc. Cambraia (2005) pontua que a maior vantagem dessa edição em relação à anterior, a fac-símile, é a facilitação de leitura que prescinde ao leitor a árdua tarefa em decifrar os sinais gráficos dos escritos do original. Contudo, essa edição também tem suas desvantagens, pois a maioria dessas edições só são consultadas por especialistas habituados aos traçados desse tipo de escritos, como os sinais abreviativos que exigem um conhecimento especializado, que, certamente, não é dominado pelo grande público.

A edição interpretativa é uma edição modernizada em que são feitas todas interversões necessárias no texto de modernização da linguagem para o entendimento do grande público, por meio de mudanças, como o desenvolvimento das abreviaturas e conjecturas e a uniformização gráfica. Essa edição é destinada às pessoas que se interessam apenas pelo conteúdo histórico do testemunho.

A última edição monotestemunhal a ser apresentada é a chamada, por Cambraia (2005), paleográfica, conhecida também por semidiplomática ou diplomática-interpretativa. Essa edição intenta, de forma mais apurada, realizar uma edição fidedigna do original, porém, com algumas intervenções que facilitem a leitura, realizando mudanças como: as divisões de palavras, o

desdobramento de abreviaturas e, às vezes, a adequação da pontuação, etc.

Em nossas pesquisas realizadas na Regional de Catalão, Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística (LALEFIL) fundamentando-nos nas “Normas para Transcrição de Textos para a História do Português do Brasil”, elaboradas por um grupo de estudiosos da língua em um evento da área em Campos do Jordão-SP, no ano de 1999, e publicadas em Megale e Toledo Neto (2005).

Essas normas de edição asseguram a objetividade do texto, facilitando a leitura e o entendimento do códice por pessoas que não têm facilidade com o tipo de grafia da época, despertando nelas o ensejo de conhecer a formação cultural e social da comunidade e sua formação identitária. Além da objetividade, esse tipo de edição

[...] desenvolve as abreviaturas, marcando em itálico as letras omitidas, à luz de ocorrência plena no próprio documento ou em documentos da época, intervém nos eventuais erros, marcando a intervenção conforme conta das normas de transcrição, ou abrindo nota de rodapé, quando necessário, o que torna o manuscrito mais facilmente legível, preservado o estado de língua em que foram escritos os documentos (MEGALE; TOLEDO NETO, 2005, p. 13).

Acreditamos que a análise do texto manuscrito permite o estudo da língua em todos os níveis de análise linguística, principalmente no lexical. O cotejo de textos escritos pertencentes a épocas pretéritas podem traçar a evolução de fatos linguísticos presentes em uma língua e, conseqüentemente, suas informações extralinguísticas.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante ao exposto, ficou corroborado o quanto as fontes orais e manuscritas se mostram como profícuos materiais para pesquisas em estudos da linguagem, especialmente, às pesquisas de caráter lexical, visto que, através de métodos que permitam elaborar um inventário de unidades lexicais nomeador da realidade concreta e metafísica de uma determinada comunidade, é possível descrever, analisar e conhecer dados gerais e específicos da sua língua e, subseqüentemente, a sua cultura.

Tal se deve porque, o homem compreende a si e aos outros a partir das alusões aos seus contextos culturais, que podem se fazer presentes tanto nos

textos escritos quanto nas produções orais. É prudente ressaltarmos, também, que estes materiais só podem ser compreendidos plenamente se considerarmos tais memórias como um constructo social de uma determinada cultura.

Uma civilização é estruturada por um tipo de acúmulo resultante da obtenção de conhecimentos que vão sendo produzidos de acordo com as necessidades dos sujeitos em sociedade. Desta feita, é importante que formemos uma consciência do passado histórico, posto que é por meio dele que podemos nos compreender no presente e manter as memórias de nossos antepassados conhecidas. O acesso a esse conhecimento pode se dar mediante métodos como os apresentados nas seções antecedentes. Se no labor filológico pelas fontes escritas encontramos informações acerca do patrimônio cultural arquivadas manuscritamente, do mesmo modo, nas memórias orais, podemos constatar as conservações e aplicações de um determinado bem cultural.

É imperativo elucidar que a filologia não é exclusiva para a edição das fontes manuscritas, pois se na oralidade temos expedientes para compor o texto oral, a partir da sua transposição para o meio escrito, por que não fazer filologia desse texto? Como vimos, o processo de composição e edição dos materiais escritos e orais são parecidos, ainda que em instâncias diferentes. Seja pela lente da máquina fotográfica ou pelo fone do gravador, se entendermos que a filologia é uma maneira de reconstituição do texto, percebemos que, de fato, ela serve a ambas as modalidades de uma língua.

## **Title: Lexical study in oral and handwritten sources**

### **Abstract**

This study presents some discussions on the contributions of oral and handwritten sources for language studies that prioritize the lexical level. These sources have their material particularities and are, at certain stages, composed and processed variously. Despite the dissonances, both provide a lexical patrimony that reflects the most dynamic repository of cultural configurations of a language community. Thus, this article aims to present propositions that justify the importance of the analyzing these sources for the study of language. We also discuss, throughout the text, the specific methodologies for accessing, editing and composition of the corpus of each material. Handwritten fonts require the authorization of the person responsible for the archive, the synchronous phase and the edition of material to make it intelligible to contemporary readers. The work with oral sources demand ethics formalization for subsequent formation of the collection of interviews and the development of keys for transcription of recorded material. Both methods enable the handling and observation of data for lexical studies, as well as at other levels of linguistic analysis.

**Keywords:** Lexicon; Manuscript; Oral source.

## REFERÊNCIAS

- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pires Pinto de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Orgs.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. 2. ed. v. 1. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001a. p. 13-22.
- CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. Martins Fontes: São Paulo, 2005.
- COELHO, Braz José. **Linguagem**: conceitos básicos. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.
- COELHO, Braz José. **A comunicação verbal e suas implicações didático-pedagógicas**. 2. ed. Goiânia: UCG, 1977.
- CASAGRANDE, Fernanda Couto Guimarães. Língua falada e língua escrita: uma proposta didática para as aulas de língua portuguesa. In: VIII SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS, 2010, Londrina. **Anais...** Londrina: EDUEL, 2010. p. 724-736. Disponível em: <[http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/lingua\\_falada\\_e\\_lingua\\_escrita\\_uma\\_proposta\\_didatica\\_para\\_as\\_aulas\\_de\\_lingua\\_portuguesa.pdf](http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/lingua_falada_e_lingua_escrita_uma_proposta_didatica_para_as_aulas_de_lingua_portuguesa.pdf)>. Acesso em: 21 mar. 2014.
- CARDOSO, Claudinei Vaz. Marcas de escravidão em documentos manuscritos catalanos. In: PAULA, Maria Helena de, FACHIN, Roberto Marchis (Orgs.). **Percorrendo trilhas filológicas**: estudos para a história da língua portuguesa. Em homenagem a Heitor Megale — in memoriam. Goiânia: FUNAPE/DEPECAC, 2010. p. 15-27. (Coleção Labor).
- FACHIN, Roberto Marchis. A importância do trabalho filológico para os estudos ortográficos da língua portuguesa do século XVII. In: PAULA, Maria Helena de, FACHIN, Roberto Marchis (Orgs.). **Percorrendo trilhas filológicas**: estudos para a história da língua portuguesa. Em homenagem a Heitor Megale — in memoriam. Goiânia: FUNAPE/DEPECAC, 2010. p. 45-56. (Coleção Labor).
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- LYONS, John. Língua e fala. In: \_\_\_\_\_. **Linguagem e linguística**: uma introdução. Tradução de Marilda Winkler Averburg e Clárisse Sieckenius. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. P. 24-29.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36.
- MEGALE, Heitor; TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida (Org.). **Por minha letra e sinal**: documentos do ouro do século XVII. Cotia, SP: Ateliê Editorial/Fapesp, 2005.
- PAULA, Maria Helena de. Notas sobre fontes para estudos linguísticos: esboços de uma discussão. In: PAULA, Maria Helena de, FACHIN, Roberto Marchis (Orgs.). **Percorrendo trilhas filológicas**: estudos para a história da língua portuguesa. Em homenagem a Heitor Megale — in memoriam. Goiânia: FUNAPE/DEPECAC, 2010. p. 29-43. (Coleção Labor).
- RAMILO, Maria Celeste; FREITAS, Tiago. Transcrição ortográfica de textos orais: problemas e perspectivas. In: **Língua portuguesa**: estruturas, usos e contrastes. (Volume comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto). CLUP: Porto, 2001. Disponível em: <<http://www.ilt.ec.pt/pdf/wpapers/2001-redip-transcricao.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2013.
- SAPIR, Edward. **Linguística como ciência**. [1921]. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.
- SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica**. São Paulo: Cultrix/ Edusp, 1977.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

TRASK, Robert Lawrence. **Dicionário de linguagem e linguística**. Tradução de Rodolfo Ilari. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

VILELA, Mário. **Estudos de lexicologia do português**. Coimbra: Livraria Almeida, 1994.

XAVIER, Vanessa Regina Duarte. **Conexões léxico-culturais sobre as minas goianas setecentistas no livro para servir no registro do caminho novo de Parati**. 2012. 580 fls. Tese (Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.